

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES/ATLETAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS A RESPEITO DOS DESAFIOS DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA INSTITUIÇÃO**Recebido em:** 03/05/2025**Aprovado em:** 27/09/2025Licença: 

Sarah Nery Sant'Anna Marques da Silva¹
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil

Vitor Lucas de Faria Pessoa²
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6298-7440>

Luciano Pereira da Silva³
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte – MG – Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3456-5766>

RESUMO: Este estudo investiga os desafios do esporte universitário na Universidade Federal de Minas Gerais a partir da percepção de 86 estudantes/atletas, adotando abordagem mista, com técnicas qualitativas e quantitativas. Os resultados evidenciam limitações estruturais, financeiras, sociais e institucionais que impactam diretamente a prática esportiva e o engajamento dos participantes. Destaca-se a importância de fortalecer o apoio ao esporte como componente da formação acadêmica e da promoção do bem-estar, assim como a necessidade de políticas públicas e institucionais que promovam inclusão, equidade e permanência dos estudantes no esporte universitário.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte universitário. Lazer na universidade. Associações atléticas acadêmicas. Competições universitárias.

THE PERCEPTION OF STUDENT-ATHLETES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF MINAS GERAIS REGARDING THE CHALLENGES OF UNIVERSITY SPORTS AT THE INSTITUTION

¹ Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Professor do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais.

ABSTRACT: This study investigates the challenges of university sports at the Federal University of Minas Gerais from the perspective of 86 student-athletes, using a mixed-methods approach with both qualitative and quantitative techniques. The results highlight structural, financial, social, and institutional limitations that directly affect sports practice and participant engagement. The study emphasizes the importance of strengthening support for sports as part of academic development and well-being, as well as the need for public and institutional policies that promote inclusion, equity, and student retention in university sports.

KEYWORDS: University sports. Leisure at university. Academic athletic associations. University competitions.

Introdução

O esporte é um direito previsto no artigo 217 da Constituição Federal de 1988 (Capítulo III), sendo dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais, para todos os cidadãos brasileiros (Brasil, 1988). A prática esportiva pode se manifestar em diversas esferas, seja nas escolas, nos clubes esportivos, nas praças e quadras públicas, ou até mesmo nas universidades. Entretanto, apesar de ser dever do Estado, é possível notar inúmeros desafios para garantir este direito a todos. Um levantamento realizado pelo Ministério da Cidadania, com base no Censo Escolar da Educação Básica 2020, apontou que apenas 40,6% das escolas de educação básica do Brasil dispõem tanto de espaços quanto de materiais adequados para as aulas de Educação Física (Brasil, 2021). Para além das escolas, as universidades públicas também são importantes aparelhos do estado que podem fomentar ações que busquem a garantia do direito ao esporte e ao lazer.

Levando em consideração a relevância das universidades na promoção do fenômeno esportivo, o esporte universitário configura-se como uma modalidade de esporte institucional que oferece oportunidades de prática de atividades físicas aos membros das instituições de ensino superior (Barbanti, 1994). Embora a maioria das

modalidades apresente caráter recreativo, há também aquelas de natureza competitiva, nas quais os estudantes podem participar de competições amistosas, torneios estaduais e competições de âmbito nacional, organizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU). Ademais, o esporte universitário constitui-se como um fenômeno social de grande relevância, capaz de promover o intercâmbio, integração cultural e social entre os universitários (Hatzidakis, 2006).

Desde o início do século XX, o esporte vem se desenvolvendo no interior das instituições de ensino superior no Brasil (Pessoa, 2022). Entretanto, foi na década de 1930 que surgiram as primeiras federações estaduais dedicadas ao esporte universitário. Em 1933, registraram-se as primeiras iniciativas voltadas à criação de instituições esportivas universitárias estaduais, localizadas no Rio de Janeiro, com a criação da Federação Atlética de Estudantes (FAE), em São Paulo, com a fundação da Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE) em 1934, e em Minas Gerais, com a criação da Federação Universitária Mineira de Esportes (FUME) em 1938. Entre os anos de 1933 e 1941, a falta de apoio financeiro governamental destacou-se como um fator limitante, sendo esse o principal motivo da ausência do Brasil em competições esportivas internacionais, o que acabou por evidenciar a necessidade de intervenção estatal. Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 3.617, de 1941, instituiu a criação da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e determinou que as entidades esportivas, até então organizadas por estudantes, passariam a ser de responsabilidade do Estado, cabendo-lhe a regulamentação, o fomento e a organização do esporte no âmbito universitário (Pessoa; Dias, 2019).

Ao longo dos anos, com o investimento do Estado, o esporte universitário expandiu-se por todo o território brasileiro, impulsionado principalmente pelo repasse

de verbas públicas, o que possibilitou a realização de campeonatos nacionais e regionais e contribuiu para o seu fortalecimento. No entanto, mesmo após mais de seis décadas desde a sua criação, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) enfrentou, em 2003, uma crise de gestão caracterizada por ações desorganizadas e de baixa eficácia. Entre os problemas observados destacaram-se o cancelamento de torneios, a exclusão de modalidades coletivas do campeonato Universíade (evento organizado pela *International University Sports Federation*) e a falta de organização na 51^a edição dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Tais acontecimentos evidenciaram a necessidade de intervenção estatal e de uma reestruturação administrativa, a qual se concretizou com a eleição de uma nova chapa para a gestão da CBDU (Starepravo *et al.*, 2010).

Coelho (1984) salienta que o esporte universitário constitui uma prática de formação, cuja função principal é de natureza social, voltada para o bem-estar do estudante universitário. É notável a contribuição do desporto acadêmico para a aproximação entre os indivíduos, favorecendo o desenvolvimento das relações interpessoais, o incentivo ao coleguismo, ao espírito de coletividade e à formação de novas lideranças. Corroborando essa perspectiva, Pereira e Silva (2019) destacam que as Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) transcendem a promoção do esporte universitário, atuando também como importantes agentes de integração da comunidade acadêmica por meio da realização de eventos sociais e culturais. As AAAs contribuem de forma significativa para a vivência do lazer no ambiente universitário, ao promover experiências que articulam dimensões sociais (festas, recepção de calouros, palestras e campeonatos esportivos), físicas-esportivas (participação em campeonatos externos e organização de competições internas) e culturais.

De acordo com Gomes (2023), o lazer constitui uma necessidade humana fundamental, um componente cultural e um direito social a ser usufruído por todas as pessoas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhece o lazer como um direito e garantia fundamental em seu artigo 6º, ao estabelecer que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988). Dessa forma, o acesso ao lazer, elemento essencial do cotidiano, deve ser assegurado pelo Estado.

O lazer configura-se também como um espaço e um tempo de resistência e mobilização política, no qual se busca a garantia da igualdade de direitos, da liberdade e da valorização da diversidade (Mascarenhas, 2003). Nesse contexto, o esporte universitário na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) representa uma oportunidade de acesso a diversas práticas de lazer por diferentes camadas socioeconômicas da população, uma vez que se desenvolve no interior de uma universidade pública, comprometida com a devolutiva à sociedade do conhecimento produzido por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (Universidade Federal de Minas Gerais, 2024). Tanto o esporte quanto o lazer, além de serem direitos constitucionais, estão contemplados nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG.

Dessa maneira, torna-se fundamental refletir sobre as barreiras que dificultam o acesso ao esporte universitário como um direito de todos os estudantes e atletas da instituição, reconhecendo-o não apenas como um direito social, mas também como um fator essencial para a saúde física e mental da comunidade acadêmica. Por fim, esta

pesquisa tem como objetivo analisar, a partir da percepção dos estudantes/atletas, os desafios enfrentados no contexto do esporte universitário.

Com relação aos aspectos metodológicos, este estudo adota uma abordagem mista, integrando os métodos qualitativo e quantitativo. Essa combinação busca permitir que os resultados de um método auxiliem na interpretação do outro, de forma complementar, oferecendo um duplo esclarecimento acerca do objeto de pesquisa. Dessa maneira, os métodos qualitativo e quantitativo se alimentam mutuamente, contribuindo para uma compreensão mais ampla e aprofundada dos fenômenos estudados (Dietrich; Loison; Rounnel, 2015).

O público-alvo desta pesquisa é composto por estudantes que integram os times gerais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁴, formados por discentes de diversos cursos e vinculados a diferentes Associações Atléticas Acadêmicas. Essas equipes esportivas representam oficialmente a instituição em competições organizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU). O ingresso nas equipes ocorre por meio de processos seletivos realizados entre os estudantes da UFMG, diferentemente das Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), cuja participação é aberta e não exige processo seletivo.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, conforme orienta Gil (2010), elaborado na plataforma Google Formulários. O instrumento foi composto por questões de natureza quantitativa e qualitativa, com o intuito de captar percepções mais abrangentes sobre a temática. O questionário foi estruturado em quatro seções principais: a primeira contemplou informações como

⁴ Os times gerais referem-se às equipes da Universidade Federal de Minas Gerais que participam de competições externas à Universidade, organizadas tanto pela FUME quanto por outras entidades. Estes estão sob tutela da Liga das Atléticas da UFMG e são compostos por membros das diferentes AAA's.

idade, curso, modalidade esportiva e tempo de participação no time; a segunda abordou os desafios enfrentados pelos atletas universitários, com ênfase em aspectos relacionados à infraestrutura, ao apoio institucional e à conciliação entre atividades acadêmicas e esportivas; a terceira parte investigou a percepção dos estudantes sobre o esporte enquanto prática de lazer, considerando suas relações com a qualidade de vida e o bem-estar; e, por fim, a quarta seção incluiu perguntas abertas, possibilitando aos participantes relatar experiências e opiniões de forma livre e aprofundada.

O link para o questionário foi distribuído aos atletas por meio de grupos de WhatsApp, e a participação ocorreu de forma voluntária, com garantia de anonimato e confidencialidade dos dados, conforme os pressupostos éticos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados foram organizados, analisados e agrupados em categorias, a fim de favorecer uma descrição mais clara e consistente dos resultados. Os dados quantitativos foram submetidos a um processo de análise e interpretação, buscando-se, de modo gradual, uma explicação lógica para o fenômeno estudado (Gil, 2010). Os resultados numéricos foram expressos em gráficos e tabelas, instrumentos considerados eficazes para sintetizar distribuições e apresentar informações de forma condensada e visualmente acessível. Já os dados qualitativos, de natureza descritiva, foram submetidos a uma análise de conteúdo. A interpretação dos resultados baseou-se nos referenciais teóricos da pesquisa e nos conhecimentos previamente acumulados sobre o tema, de modo a integrá-los em um contexto analítico mais amplo (Laville; Dionne, 1999).

Resultados e Discussão

Neste tópico serão apresentados os resultados das análises descritivas e qualitativas do questionário aplicado, por meio das categorias: caracterização do público-alvo; motivações para a permanência nos times gerais e, por fim, a caracterização dos desafios do esporte universitário.

Caracterização do Público-alvo

Das 86 respostas obtidas por meio do questionário, verificou-se a participação de integrantes de todas as equipes que representam a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em competições oficiais, abrangendo as modalidades de basquete feminino e masculino, futsal feminino e masculino, handebol feminino e masculino, voleibol feminino e masculino, atletismo, natação e xadrez. Entre os respondentes, 52 pessoas se identificaram com o gênero masculino, 33 com o gênero feminino e uma pessoa com o gênero não binário.

Em relação à faixa etária, observou-se que a maioria dos participantes tem entre 19 e 26 anos, sendo que apenas três se encontram abaixo dessa faixa e dez acima. No que se refere ao turno do curso, 71 estudantes estão matriculados em cursos diurnos, enquanto 15 frequentam o período noturno. As modalidades esportivas com maior número de respondentes foram handebol masculino, futsal masculino, basquete masculino e handebol feminino. Por outro lado, as modalidades que apresentaram menor participação foram xadrez, atletismo e basquete feminino.

A partir da análise das respostas, observou-se que a maioria dos integrantes atuais dos times gerais ingressou nas equipes nos anos de 2022 e 2023, sendo 23 participantes em 2022 e 19 em 2023, os quais ainda permanecem ativos. Esse cenário

pode ser explicado pelo retorno das atividades presenciais nesses anos, após o período de distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19. Além disso, nota-se a presença de estudantes que ingressaram nos anos de 2015, 2016 e 2017 e que ainda se mantêm nas equipes, o que pode ser justificado por mudanças no percurso acadêmico desses discentes ou pela continuidade de sua trajetória universitária por meio da participação em programas de pós-graduação.

Tabela 1: Relação dos participantes de cada modalidade

Modalidade	Quantidade	Percentual
Handebol Masculino	15	17%
Futsal Masculino	14	16,30%
Basquete Masculino	12	14,00%
Handebol Feminino	12	14%
Vôlei Feminino	9	10,50%
Vôlei Masculino	9	10,50%
Futsal Feminino	7	8,10%
Natação	6	7%
Basquete Feminino	5	5,80%
Atletismo	4	4,70%
Xadrez	2	2,30%

Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados sobre a participação em campeonatos organizados pelas próprias Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), 80 participantes afirmaram participar dessas competições, enquanto 6 declararam não participar. Em relação às AAAs representadas, constatou-se que a maioria dos atletas integra a Associação

Atlética Acadêmica da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO), correspondendo a 28,1% do total. Em seguida, 20,3% dos atletas estão vinculados à AAA Engenharia. Por outro lado, as AAAs menos representadas nos times gerais são, respectivamente, a AAA do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), a AAA Educação a Distância (EAD), a AAA da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) e a AAA da Escola de Belas Artes.

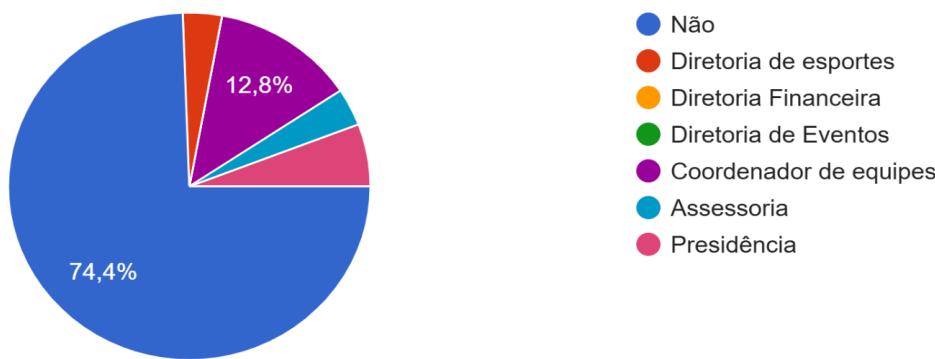
Tabela 2: Relação dos participantes de cada atlética

Associação Atlética	Quantidade	Percentual
AAA EEFFTO	28	28,10%
AAA Escola de Engenharia	13	20,30%
AAA FACE	6	9%
AAA Faculdade de Direito	5	8%
AAA Faculdade de Medicina	5	7,80%
AAA ICEX	4	6,30%
AAA Faculdade de Enfermagem	4	6,30%
AAA FAFICH	3	4,70%
AAA Escola de Belas Artes	3	4,70%
AAA Escola de Arquitetura e Design	2	3,10%
AAA ICB	1	1,60%
AAA Escola de Medicina Veterinária	0	0,00%
AAA Faculdade de Farmácia	0	0%
AAA Faculdade de Odontologia	0	0,00%
Total	86	100%

Fonte: elaboração própria

Ao serem questionados sobre o cargo que exercem na gestão de suas respectivas Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), 64 participantes afirmaram não ocupar nenhum cargo, 3 ocupam cargos na diretoria de equipes, 11 atuam como coordenadores de equipes, 3 integram a assessoria e 5 exercem a função de presidência.

Gráfico 1: Relação de atletas que exercem cargos na gestão das suas atléticas



Fonte: elaboração própria

Motivações para a Permanência nos Times Gerais

Ferreira (2009) salienta que “os papéis sociais a serem exercidos pelas universidades devem ser permanentemente objeto de reflexão e estar articulados a um projeto de sociedade democrática, voltada para os interesses e direitos de todos os seus cidadãos [...]” (p. 257). Dessa forma, comprehende-se que as universidades devem ir além da formação técnico-acadêmica, contribuindo também para a formação integral do cidadão. Entre as diversas vivências que a universidade pode proporcionar, o esporte universitário desempenha um papel fundamental nesse processo, promovendo benefícios que ultrapassam o âmbito do desempenho físico.

Quando questionados sobre suas motivações para integrarem os times da UFMG, a maioria dos estudantes/atletas destacou sentimentos de pertencimento, orgulho e comprometimento com a universidade e com a modalidade esportiva. Além disso, ficou evidente a função social exercida pelas equipes, conforme demonstram as respostas:

A UFMG é mais um dos jeitos que posso ter contato com o esporte atualmente, além de socializar e criar amizades (Participante 76).

Os times da UFMG são uma ótima oportunidade de fazer amizades, aliviar a pressão da faculdade e é o mais próximo do alto rendimento que tenho acesso (Participante 18).

Integração com o time, pertencimento, melhorar tecnicamente, competir representando minha UF (Participante 22).

Esses depoimentos ilustram como o ambiente esportivo universitário pode ser um espaço de integração, acolhimento e desenvolvimento interpessoal. Adicionalmente, algumas respostas evidenciaram a importância dos times gerais da UFMG como alternativa para estudantes cujas Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) não dispõem de infraestrutura adequada para manter treinos regulares ou organizar campeonatos. Relatos reforçam o papel da universidade na oferta de experiências esportivas mais qualificadas e bem estruturadas.

Porque minha atlética não tem estrutura para ter times e promover treinos e campeonatos. Além disso, o nível dos times da UFMG gerais é mais elevado (Participante 2).

Prática esportiva de rendimento maior que a da atlética, conhecer pessoas novas fora do curso, competição (Participante 37).

Pela oportunidade de ter treinos e jogos mais competitivos do que minha atlética participa (Participante 11).

Além das questões estruturais, também foi possível perceber que muitos estudantes buscam integrar os times gerais pela oportunidade de participar de competições mais desafiadoras e com maior nível técnico. Diferentemente das Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), cujas disputas geralmente ocorrem entre

outras atléticas e reúnem estudantes com diferentes níveis de experiência, desde iniciantes até atletas mais experientes, os times da UFMG participam de campeonatos interinstitucionais e enfrentam equipes amadoras externas, o que amplia o grau de competitividade e enriquece as vivências esportivas.

Em suma, os dados evidenciam que os times universitários da UFMG não apenas suprem lacunas estruturais enfrentadas por algumas atléticas, como também contribuem de forma significativa para a formação integral dos estudantes, promovendo o sentimento de pertencimento institucional, o fortalecimento dos vínculos sociais e o desenvolvimento pessoal por meio do esporte. A historiografia do esporte indica que o intercâmbio entre estudantes universitários foi uma das principais motivações para a criação das primeiras competições acadêmicas no Brasil, ainda no início do século XX (Pessoa; Dias, 2020). Essa constatação sugere a existência de uma continuidade histórica entre os processos de constituição desse fenômeno no país e sua estruturação na contemporaneidade.

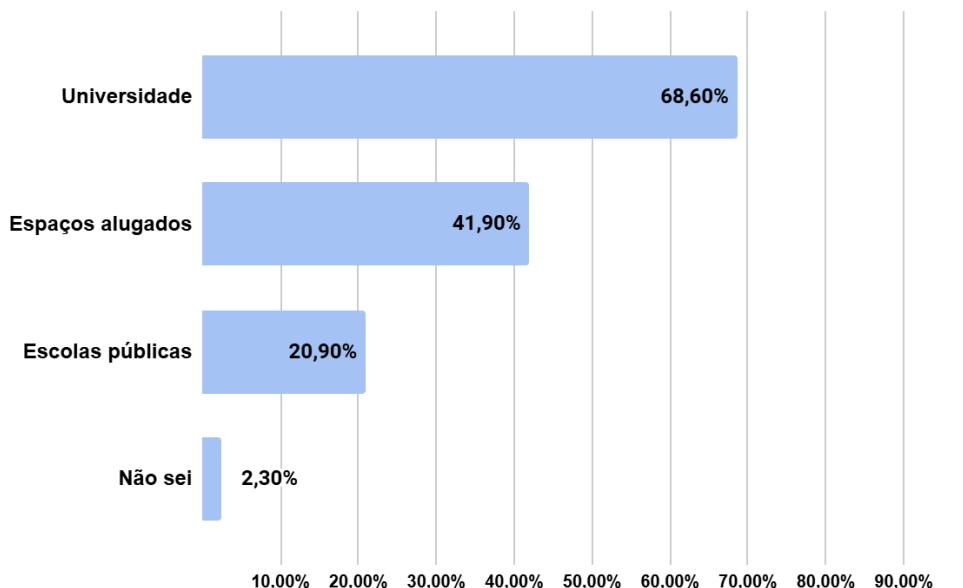
Caracterização dos Desafios do Esporte Universitário na UFMG

Adentrando nos desafios do esporte universitário na UFMG, a análise dos dados sugere que estes se encontram em quatro esferas: infraestrutura e materiais, incentivo financeiro, gênero e tempo.

Em relação à infraestrutura utilizada para os treinos, a maioria dos atletas afirmou que as atividades ocorrem em espaços disponibilizados pela própria universidade, como o Centro Esportivo Universitário (CEU) e a quadra coberta da EEFFTO. Em segundo plano, algumas equipes recorrem à locação de espaços externos para garantir a continuidade dos treinos. No entanto, essa prática levanta questionamentos sobre a origem dos recursos financeiros utilizados para custear esses

aluguéis, uma vez que nem sempre há apoio institucional formalizado. Além disso, destaca-se a relevância das parcerias com escolas públicas, que também têm contribuído de forma significativa para viabilizar a realização dos treinos das equipes da UFMG.

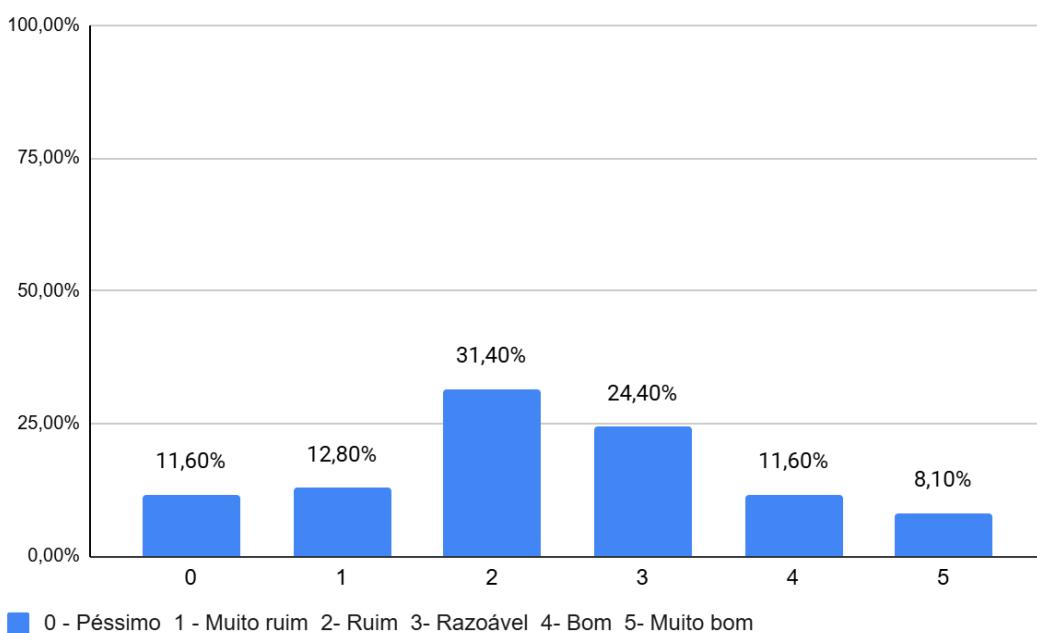
Gráfico 2: Espaços de utilização para treinos pelas equipes da UFMG



Fonte: elaboração própria.

Em contrapartida, embora a universidade disponibilize espaços para a realização dos treinos, 31,4% dos estudantes/atletas avaliaram a qualidade da infraestrutura com nota 2 em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “péssimo”, 1 “muito ruim”, 2 “ruim”, 3 “razoável”, 4 “bom” e 5 “muito bom”. Esse dado evidencia uma insatisfação significativa por parte dos participantes, indicando que, apesar da existência de espaços destinados à prática esportiva, muitos deles não apresentam condições adequadas para o desenvolvimento pleno das atividades. Essa percepção reforça a necessidade de investimentos em manutenção, ampliação e qualificação da infraestrutura esportiva da universidade, de modo a garantir ambientes propícios ao treinamento e ao desempenho dos atletas.

Gráfico 3: Qualidade da infraestrutura da Universidade para treinos



Fonte: elaboração própria

Embora a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) não tenha sido originalmente concebida com o objetivo de fomentar o esporte e o lazer, a instituição passou a destinar parte de sua infraestrutura especificamente para a promoção dessas atividades. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente entre 2018 e 2023, o Centro Esportivo Universitário (CEU) é o órgão responsável por coordenar, desenvolver e apoiar as ações relacionadas ao esporte e ao lazer no âmbito da universidade:

Além de ser o principal responsável pelo desenvolvimento da política de esporte e lazer da UFMG, o CEU tem por finalidade atuar junto às Unidades Acadêmicas e demais órgãos da UFMG, apoiando as

atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, esse Centro serve à Universidade para fins didáticos, culturais e de lazer, atuando como núcleo de orientação, aplicação, e renovação de métodos e técnicas relacionadas às atividades físicas e desportivas (Universidade Federal de Minas Gerais, 2018).

Nota-se que o Centro Esportivo Universitário (CEU) cumpre seu papel no fomento às práticas esportivas e de lazer para a comunidade acadêmica da UFMG. Conforme evidenciado nas respostas, 68,6% dos participantes afirmam utilizar os espaços da instituição para os treinos das equipes. No entanto, apesar dessa utilização, há limitações significativas. De acordo com o Gráfico 3, a maioria dos respondentes avalia a disponibilidade desses espaços como “ruim” ou “razoável”, o que evidencia a necessidade de melhorias na oferta e na organização dos locais destinados às atividades esportivas.

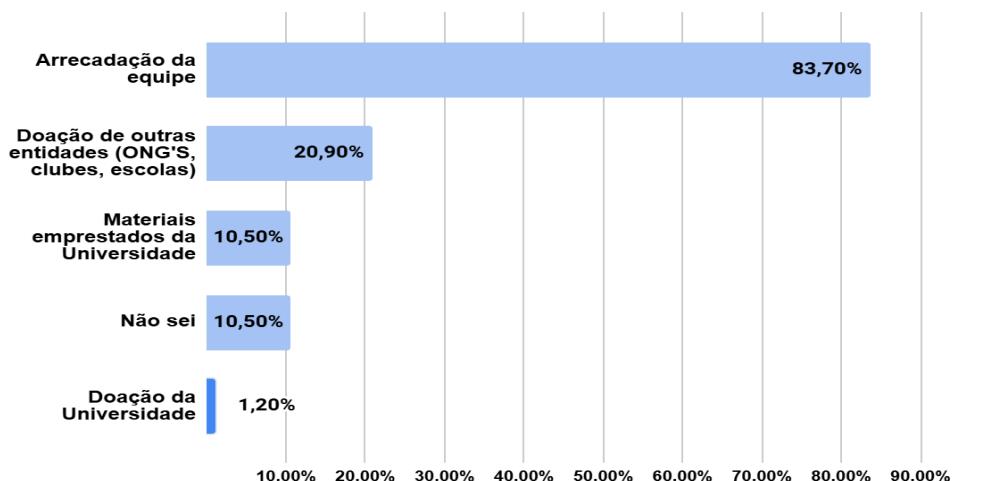
Barbosa (2017) destaca que não basta considerar apenas a percepção dos praticantes sobre o espaço físico disponível; é fundamental compreender se o acesso a esses espaços ocorre de forma efetiva e sem restrições, permitindo que todas as manifestações esportivas se realizem com regularidade e autonomia. O Centro Esportivo Universitário (CEU), enquanto órgão suplementar da UFMG, exerce um papel central na promoção do esporte e do lazer, ao oferecer uma infraestrutura que não apenas possibilita a prática esportiva, mas também favorece a integração, a sociabilidade e experiências culturais entre os membros da comunidade acadêmica. Contudo, os dados deste estudo evidenciam limitações não apenas relacionadas ao CEU, mas também à própria universidade. Entre os principais obstáculos, destaca-se a carência de quadras cobertas, o que restringe consideravelmente o uso dos espaços em dias chuvosos.

A UFMG conta apenas com uma quadra coberta, localizada no prédio da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO). Embora esse espaço

atenda parcialmente às demandas das equipes, sua disponibilidade é limitada, uma vez que a prioridade de uso é destinada às aulas de graduação e pós-graduação, bem como a projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no local. Essa limitação constitui um entrave significativo para a organização e a regularidade das atividades esportivas das equipes da universidade.

No que se refere à disponibilização de materiais esportivos, observa-se que, na maioria dos casos, as equipes são responsáveis por adquiri-los por conta própria. Diversas estratégias são utilizadas para esse fim, incluindo a realização de rifas, a cobrança de mensalidades dos atletas e outras formas de contribuição coletiva. Além disso, destaca-se a relevância das doações provenientes de entidades externas, como clubes, organizações não governamentais (ONGs) e ex-atletas ou atletas das próprias equipes, que desempenham um papel fundamental na manutenção das atividades esportivas. Esse cenário evidencia não apenas a carência de apoio institucional direto, mas também o protagonismo e a capacidade de autogestão dos estudantes/atletas na sustentação do esporte universitário.

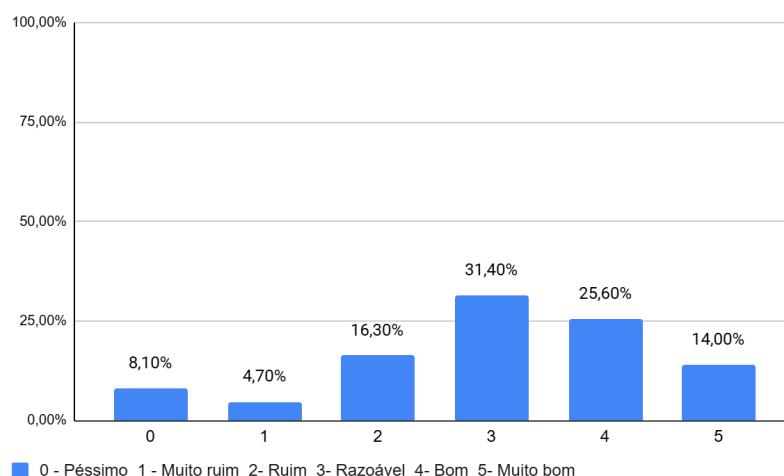
Gráfico 4: Arrecadação de Materiais



Fonte: elaboração própria

Ademais, a disponibilidade e a qualidade dos materiais esportivos foram, em sua maioria, avaliadas com notas 3 e 4 em uma escala de 0 a 5 — sendo 0 “péssimo”, 1 “muito ruim”, 2 “ruim”, 3 “razoável”, 4 “bom” e 5 “muito bom”. Esses resultados indicam uma percepção moderadamente positiva por parte dos estudantes/atletas. Tal cenário evidencia a capacidade de organização e autonomia das equipes, que, por meio de arrecadações, parcerias ou recursos próprios, conseguem suprir as demandas por materiais, garantindo a continuidade das atividades esportivas de forma independente.

Gráfico 5: Disponibilidade e qualidade dos materiais



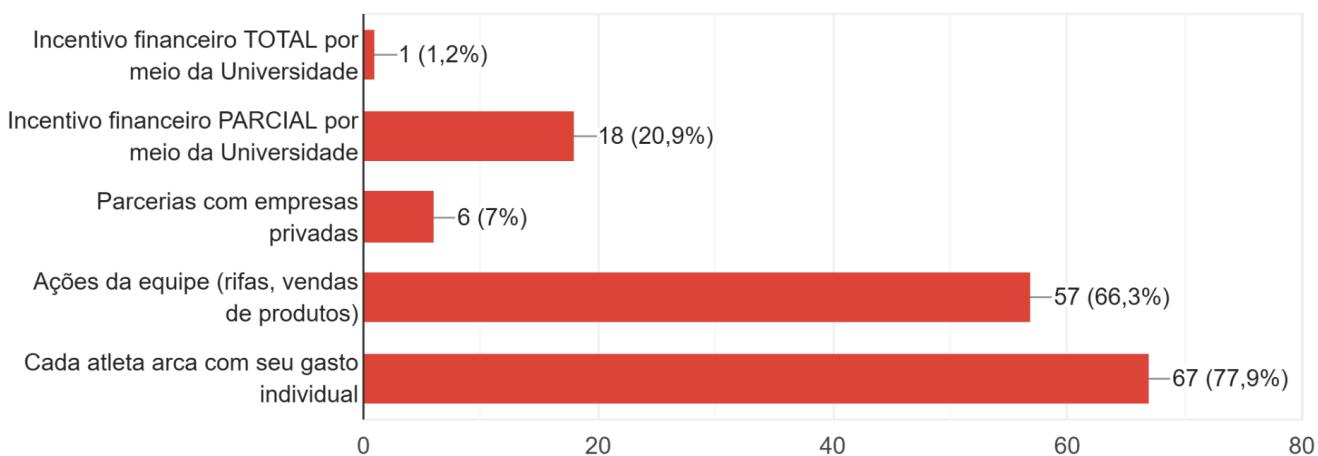
Fonte: elaboração própria

No que se refere ao incentivo financeiro, a maioria dos estudantes/atletas atribuiu notas 0 e 1 ao apoio oferecido pela universidade para participação em campeonatos, em uma escala de 0 a 5, sendo 0 “péssimo” e 5 “muito bom”. Apenas uma parcela minoritária dos respondentes avaliou esse apoio como razoável. Esse dado revela uma percepção generalizada de ausência ou insuficiência de suporte financeiro institucional. Em consonância com essa avaliação, os atletas relataram que os custos relacionados à participação em competições são, em grande parte, arcados pelos

próprios estudantes, seja individualmente ou por meio de iniciativas coletivas das equipes, como rifas e venda de produtos.

Além da escassez de recursos destinados à participação em campeonatos, as respostas também indicam que o apoio institucional voltado à manutenção dos treinos e à aquisição de materiais esportivos é amplamente considerado insatisfatório. Esse cenário reforça a fragilidade do investimento da universidade no esporte universitário e, ao mesmo tempo, evidencia a autonomia, o engajamento e a capacidade de mobilização das equipes para garantir a continuidade das práticas esportivas, mesmo diante da limitada assistência institucional.

Gráfico 6: Meios de Arrecadação Financeira



Fonte: elaboração própria

É notório que a ausência de incentivo financeiro por parte da instituição, aliada aos diversos custos demandados pelas equipes, como mensalidades e despesas com campeonatos, tem impactado diretamente a permanência dos estudantes/atletas nas equipes esportivas. De acordo com os dados levantados, 65,1% dos respondentes afirmaram já ter questionado sua permanência ou ter tido sua participação prejudicada em razão das dificuldades financeiras. Tais percepções reforçam a carência de políticas

de apoio mais consistentes por parte da universidade, tanto para a permanência dos estudantes nas equipes quanto para o incentivo à participação em campeonatos. Reforça-se, assim, que o lazer não pode ser um privilégio restrito àqueles que dispõem de recursos econômicos, culturais e educativos para vivenciá-lo. Reconhecer e lutar pelo direito ao lazer torna-se, portanto, essencial, especialmente em contextos marcados por desigualdades. A efetivação desse direito está diretamente relacionada à existência de políticas públicas e sociais que contemplem as necessidades de toda a população, combatendo processos de exclusão e discriminação (Gomes, 2023; Pessoa, 2023).

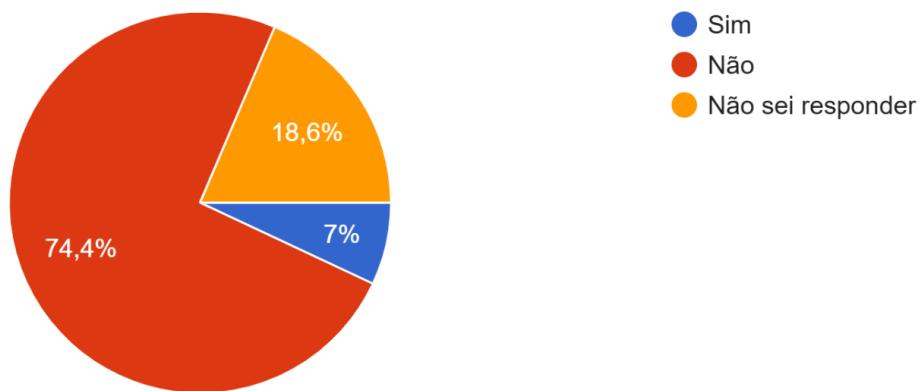
Um estudo realizado por Wolf (2014) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também identificou dificuldades no que se refere ao apoio financeiro por parte da gestão universitária, tanto para a participação em campeonatos quanto para a realização de treinos e a manutenção das equipes. Esse cenário evidencia que o desafio do financiamento não é exclusivo da UFMG, mas constitui uma realidade comum a diversas instituições de ensino superior no país.

No que se refere ao engajamento da comunidade acadêmica, os dados revelam um cenário de baixa valorização das competições esportivas universitárias. Aproximadamente 74,4% dos estudantes/atletas afirmaram que as competições não são valorizadas pela comunidade acadêmica, enquanto 18,6% declararam não saber responder e apenas 7% consideraram que essas competições são, de fato, valorizadas.

Em relação ao nível de engajamento, a percepção predominante foi negativa, uma vez que a maioria dos respondentes atribuiu notas 0 e 1 em uma escala de 0 a 5, indicando baixo envolvimento da comunidade acadêmica com o esporte universitário. Esses dados apontam para uma desconexão entre as práticas esportivas e a dinâmica

institucional, o que evidencia a necessidade de ações que promovam maior integração, visibilidade e reconhecimento do esporte no contexto universitário.

Gráfico 7: Engajamento da comunidade acadêmica nas competições



Fonte: elaboração própria

A falta de engajamento tanto do corpo discente com o esporte universitário quanto da comunidade acadêmica nas competições pode ser atribuída à carência de políticas institucionais de incentivo e fomento à prática esportiva. Diante disso, a responsabilidade pela promoção de eventos esportivos acaba recaindo majoritariamente sobre os próprios estudantes e gestores das entidades esportivas, como Associações Atléticas e Ligas Universitárias, que frequentemente enfrentam limitações estruturais, financeiras e de apoio institucional.

Outro aspecto fundamental para a compreensão dos desafios do esporte universitário diz respeito à questão de gênero. No contexto esportivo, é notável a presença de uma segregação de gênero sustentada por construções socioculturais que determinam quais modalidades seriam mais “adequadas” para homens e para mulheres. Essa lógica baseia-se em pressupostos que associam os homens à força, à competitividade e à habilidade física, enquanto às mulheres são atribuídas

características como delicadeza, graciosidade e fragilidade. Como consequência, perpetuam-se estereótipos que não apenas limitam a participação feminina em determinadas modalidades, mas também reforçam desigualdades estruturais no acesso, na valorização e na visibilidade dentro do esporte.

Neste estudo, 48,8% dos estudantes/atletas afirmaram não saber se o gênero representa um desafio no esporte universitário, enquanto 26,7% reconheceram que sim e 24,4% consideraram que não. Embora uma parcela expressiva dos respondentes tenha demonstrado incerteza ou neutralidade, as justificativas apresentadas por aqueles que identificam o gênero como um desafio evidenciam problemáticas recorrentes e relevantes. Entre os principais apontamentos, destacam-se a dificuldade de inclusão de atletas trans, a desigualdade no patrocínio e na valorização entre equipes masculinas e femininas, a ocorrência de atitudes discriminatórias e desrespeitosas, além da baixa representatividade feminina nas equipes em comparação à masculina. As respostas apresentadas a seguir ilustram a persistência dessas desigualdades:

Espor tes femininos, tanto no âmbito universitário quanto fora dele, tendem a ser mais desvalorizados que os masculinos pela maioria das pessoas (Participante 12).

Ainda existem casos de falta de respeito relativos a essa questão durante as competições (Participante 15).

A questão de gênero ainda é um desafio no esporte universitário da UFMG, com episódios de preconceito, especialmente contra atletas trans, que enfrentam discriminação em campeonatos (Participante 33).

O público presente pra assistir jogos femininos são bem pequenos, tem dificuldade pra achar atletas femininas de algumas modalidades isso por causa da falta de aprendizado nas escolas públicas onde a maioria dos esportes que é ensinado é o vôlei e o futebol, sendo que pra mulher a grande maioria aprende apenas vôlei (Participante 34).

O esporte não constitui um campo naturalmente masculino, nem mesmo nas modalidades que exigem maior força física e vigor. Assim como qualquer outra instância social, o esporte é um espaço de generificação, não porque apenas reflete as desigualdades e diferenciações presentes na sociedade, mas, sobretudo, porque as

produz e reproduz (Goellner, 2008, p. 190). Dessa forma, enquanto fenômeno cultural, o esporte historicamente restringiu a participação das mulheres, limitando seu direito à prática esportiva.

Embora tenha ocorrido um avanço significativo, com o campo esportivo incorporando, ainda que parcialmente, as lutas femininas por espaço, seja por meio da ocupação de ambientes já existentes, seja pela criação de novos contextos de participação, é perceptível que a presença feminina ainda enfrenta obstáculos para se consolidar no universo esportivo. Tais barreiras dificultam o acesso a direitos e à conquista de condições de igualdade em relação aos homens (Hillebrand; Grossi; Moraes, 2008).

O processo de inserção da mulher no esporte foi marcado por inúmeras tensões. Desde concepções que consideravam o corpo feminino inadequado para a prática de atividades físicas, seja por razões ligadas à fertilidade, à sensibilidade corporal ou à suposta fragilidade da mulher, até mesmo proibições formais de sua participação em determinadas modalidades. Um exemplo marcante ocorreu no século XX, quando o Conselho Nacional de Desportos (CND) estabeleceu: “As mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o CND baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Brasil, 1941).

Corroborando essa perspectiva, Gomes, Silva e Queirós (2008) destacam que a representação da atividade física feminina foi moldada por ideais higienistas, que buscavam transformar o corpo considerado frágil da mulher em um corpo capaz de gerar filhos fortes. A construção da imagem da mulher ativa, esportista e emancipada representou, portanto, um movimento importante de autonomia corporal, refletido

também no vestuário, na luta pelo direito ao voto e, sobretudo, na participação no esporte como forma de lazer.

Por outro lado, destaca-se o crescente debate em torno da participação de atletas transgênero no esporte. O silêncio, a evasão e o boicote a essa pauta dificultam o avanço na compreensão das complexidades envolvidas, retardando, consequentemente, o desenvolvimento de estratégias eficazes para o enfrentamento da discriminação no contexto esportivo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 1988). Nessa mesma perspectiva, o Comitê Olímpico Internacional (COI) já reconhece a prática desportiva de pessoas transgênero, tendo realizado alterações recentes em suas políticas de participação nas modalidades oficiais. No Brasil, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) também promoveu mudanças em suas diretrizes para incluir pessoas trans em competições oficiais. Ainda assim, o debate em torno da participação de atletas trans no cenário esportivo brasileiro permanece intenso, especialmente em razão de questionamentos relacionados às diferenças genéticas e aos níveis hormonais, como o teor de testosterona (Pedrosa; Garcia e Pereira, 2023).

A realidade evidencia que mulheres e pessoas trans continuam sendo alvo de diversas formas de violência, incluindo homicídios, suicídios, marginalizações e outras expressões de opressão. Segundo o relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), em 2020, pelo menos 175 mulheres transexuais foram assassinadas, e os crimes contra pessoas transgênero com extrema violência seguem em crescimento no país (Rodrigues, 2021).

Em 2023, a Universidade Santo Amaro (Unisa) expulsou 15 estudantes do curso de Medicina devido a atos obscenos cometidos contra mulheres durante uma partida universitária de vôlei feminino realizada em abril (Menon, 2023). Já em 2025, 12 estudantes de Medicina da Faculdade Santa Marcelina, em São Paulo, durante um evento esportivo ocorrido em 15 de março, posaram com uma faixa que fazia apologia ao estupro (Faculdade, 2025).

Diante desse contexto, a participação de pessoas transgênero como atletas em competições esportivas possui um significado simbólico relevante, representando a incorporação desses sujeitos ao ambiente social (Coelho, 1984). Nesse sentido, é fundamental que o esporte, em especial o esporte universitário, não atue como um reproduutor das desigualdades e dos preconceitos presentes na sociedade, mas se consolide como um espaço de acolhimento, respeito à diversidade e promoção da inclusão de todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero.

No que se refere à gestão do tempo, os dados indicam que, embora a maioria dos estudantes/atletas tenha atribuído a nota 3 (razoável) em uma escala de 0 a 5 — sendo 0 “péssimo” e 5 “muito bom” — para a capacidade de conciliar os treinos com as atividades acadêmicas, cerca de 50% já consideraram desistir da equipe em razão das exigências relacionadas aos estudos ou ao trabalho. Além disso, aproximadamente 53,5% relataram já ter cogitado abandonar a equipe devido aos horários de treinos. Esses dados revelam que, apesar da capacidade de adaptação demonstrada por muitos estudantes, os desafios impostos pela sobreposição de responsabilidades acadêmicas, profissionais e esportivas continuam sendo expressivos, o que pode comprometer a permanência dos atletas nas equipes universitárias.

O estudante que ingressa no ensino superior se depara com diversas oportunidades educacionais voltadas para sua formação acadêmica, como projetos de extensão, estágios e iniciações científicas, exigindo um maior investimento em sua qualificação para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a falta de tempo tem sido apontada como uma das principais barreiras ao lazer de interesse físico-esportivo entre os brasileiros (Mayor; Isayama, 2017).

Além das exigências acadêmicas, muitos universitários também enfrentam outras responsabilidades, como o trabalho fora do ambiente universitário — o que exige conciliar a rotina profissional com os estudos, além de tarefas domésticas e demais atividades cotidianas. Bahia e Brito (2017) abordam uma discussão extremamente relevante ao tratarem da disponibilidade de tempo para o lazer, destacando que este tem se tornado cada vez mais reduzido (estrangulado) diante das múltiplas demandas impostas pela sociedade moderna. Dessa forma, o tempo livre acaba sendo absorvido por obrigações, restando poucas alternativas para que o indivíduo possa realmente usufruí-lo com atividades de lazer.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo principal investigar a percepção dos estudantes/atletas da UFMG a respeito dos desafios do esporte universitário na instituição. Para atingir tal propósito, foi aplicado um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, que obteve 86 respostas de participantes pertencentes a todas as equipes que representam a Universidade em competições organizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

Os resultados indicam que os principais motivos que levam os estudantes a se envolverem com as equipes esportivas da UFMG são a busca por socialização, o sentimento de pertencimento e orgulho institucional, além do desejo de competir em um nível técnico mais elevado em comparação às atléticas. No que se refere aos desafios enfrentados, observou-se que, embora exista infraestrutura disponível para a prática esportiva, há limitações relacionadas à quantidade de quadras cobertas e à disponibilidade de horários para os treinos. Essa situação leva muitas equipes a recorrerem a escolas, espaços públicos ou locais alugados para a realização de suas atividades. Ademais, constatou-se que praticamente todas as equipes adquirem seus materiais esportivos por meios próprios, sem apoio institucional direto. Ainda assim, os estudantes/atletas consideram a qualidade dos materiais utilizada satisfatória.

No que se refere ao incentivo financeiro e ao engajamento institucional, observa-se um cenário preocupante, uma vez que são raras as políticas que garantam apoio financeiro contínuo às equipes. Os recursos disponíveis, quando existem, decorrem de ações pontuais, não assegurando a participação em todas as competições nem mesmo a manutenção regular das atividades das equipes. Essa ausência de suporte obriga os próprios estudantes a desenvolverem campanhas e estratégias de arrecadação financeira, com o objetivo de custear treinos, contratação de técnicos, aquisição de materiais e participação em campeonatos. Como consequência, muitos atletas já consideraram abandonar as equipes devido às dificuldades financeiras enfrentadas.

A questão de gênero no esporte universitário, embora ainda delicada e frequentemente silenciada, reflete diretamente as dinâmicas sociais presentes na sociedade contemporânea. Embora existam estudos voltados à participação feminina nesse contexto e aos diversos desafios enfrentados pelas mulheres no ambiente

esportivo, observa-se uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre a vivência de pessoas transgênero. Faltam investigações que analisem, por exemplo, as justificativas adotadas para a exclusão dessas pessoas em determinados campeonatos, bem como as estratégias e políticas que possibilitem sua inclusão plena e respeitosa. Além disso, persiste a reprodução de estereótipos de gênero no esporte, reforçando a ideia de que determinadas modalidades seriam mais adequadas a homens ou mulheres, com base em construções sociais que associam o corpo feminino à fragilidade ou ao comportamento considerado “afeminado”. Tais ideologias restringem a liberdade de escolha e a expressão de identidades de gênero no ambiente esportivo universitário. Nesse sentido, é necessário questionar quais medidas são previstas para lidar com comportamentos discriminatórios, como manifestações machistas, transfóbicas e até mesmo crimes de ódio praticados por torcidas e membros da comunidade acadêmica. A falta de punições efetivas ou de políticas preventivas contribui para a manutenção de um ambiente esportivo excludente e desigual.

No que se refere à disponibilidade de tempo para os treinos das equipes, observa-se não apenas a influência dos compromissos cotidianos e acadêmicos dos estudantes/atletas, mas também a limitação de horários disponíveis nos espaços da Universidade. É evidente que as obrigações diárias acabam ocupando grande parte dos períodos livres dos discentes. Neste estudo, apenas 50% dos participantes afirmaram conseguir conciliar trabalho, estudo e treinos das equipes. Adicionalmente, 53,3% dos estudantes/atletas relataram já ter cogitado deixar suas equipes devido aos horários dos treinos, que frequentemente são definidos com base na disponibilidade dos espaços, e não na preferência ou viabilidade para os atletas. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas institucionais que garantam maior flexibilidade e apoio aos

estudantes/atletas, assegurando que a prática esportiva possa coexistir de forma equilibrada com as demais demandas da vida universitária.

Embora o Estado ofereça apoio para a realização de eventos esportivos universitários e para a criação e manutenção de federações esportivas, é importante destacar que, desde o seu surgimento, o esporte universitário se caracteriza pela autonomia e organização dos alunos, sendo estes os principais gestores e promotores da prática nas Instituições de Ensino Superior. No entanto, apesar dessa autonomia, é inegável que o apoio de gestores e de entidades institucionais é fundamental para que o esporte universitário seja uma ação de caráter democrático, cumprindo efetivamente seu papel de formação social e integração dos sujeitos. Dessa maneira, os desafios relacionados ao esporte e ao lazer, especialmente no contexto universitário, como demonstrado no caso da UFMG, evidenciam a necessidade de repensar as políticas institucionais voltadas para essa área. O esporte universitário ainda é frequentemente tratado como uma atividade secundária, o que dificulta sua consolidação como parte integrante da formação cidadã e do bem-estar dos estudantes.

Por fim, os resultados evidenciam que, embora os estudantes encontrem no esporte um espaço de pertencimento e socialização, as dificuldades para conciliar a vida acadêmica com os treinos, somadas à limitação de horários e à carência de apoio financeiro e logístico, comprometem a permanência e o engajamento nas equipes. Diante disso, ressalta-se a necessidade de maior produção científica voltada à temática do esporte universitário, especialmente sob a perspectiva das políticas institucionais que promovam sua prática de forma democrática, contínua e inclusiva. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da amostra, abrangendo não apenas outras entidades esportivas da UFMG, mas também estudantes de diferentes universidades públicas.

Dessa forma, espera-se que o esporte universitário deixe de ser compreendido como mera atividade extracurricular e passe a ocupar um espaço legítimo e estratégico nas políticas institucionais, contribuindo efetivamente para a formação integral dos estudantes. Ademais, é fundamental aprofundar as investigações sobre as diretrizes que regem o esporte e o lazer no ensino superior público, a fim de subsidiar a construção de ações e políticas efetivas que promovam equidade, saúde, bem-estar e cidadania por meio da prática esportiva.

REFERÊNCIA

- BAHIA, M. C.; BRITO, R. dos S. O lazer do Brasileiro: como é vivenciado o tempo. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil:** representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2017.
- BARBANTI, V. J. **Dicionário de educação física e do esporte.** São Paulo: Manole, 1994.
- BARBOSA, C.G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro:** a bola não deve entrar por acaso. 2017. 97f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 2017.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Atuação do Ministério da Cidadania no Esporte Educacional: desafios e perspectivas.** Brasília: Ministério da Cidadania, 2021. (Série De Olho na Cidadania, v. 7).
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil,** 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto n° 3.617 de 15 de setembro de 1941.** Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Brasília, 15 de setembro de 1941b.
- COELHO, S. L. Cópia da palestra proferida em mesa redonda sobre alocação de recursos públicos para o esporte promovida pelo CENDEC - Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: CBDU, 1984.
- DIETRICH, P.; LOISON, M.; ROUPNEL, M. Articular as abordagens quantitativas e qualitativas. In: **A Pesquisa Sociológica.** Petrópolis: Vozes, 2015. p. 271-282.

FACULDADE Santa Marcelina expulsa 12 alunos por faixa com alusão ao estupro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, abril. 2025.

FERREIRA, S. **A universidade do século XXI**: concepções, finalidades e contradições. 2009. 305 f. (Tese em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação. 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOELLNER, S. Feminismos, Mulheres e Esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 173-196, 17 abr. 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.3554>.

GOMES, C. **FRUI VITA - A alquimia do lazer**. Paraná: Atena, 2023. 105p.

GOMES, P. B.; SILVA, P.; QUEIRÓS, P. Distintos registros sobre o corpo feminino: beleza, desporto e mídia. In: ROMERO, E.; PEREIRA, E. G. B. (Org.). **Universo do Corpo**: masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: Shape/Faperj, 2008.

HATZIDAKIS, G. Esporte Universitário. In: COSTA, Lamartine da (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006. p. 19. Acesso em: 14 de out. 2024.

HILLEBRAND, M.D.; GROSSI, P.K.; MORAES, J.F. Preconceito de gênero em mulheres praticantes do esporte universitário. **Revista Eletrônica Pucrs**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 425-430, dez. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/1522/3832>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. São Paulo: Editora Artmed, 1999.

MASCARENHAS, F. O Pedaço Sitiado: Cidade, Cultura e Lazer em Tempos de Globalização. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio 2003. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/767>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MAYOR, S. T. S.; ISAYAMA, H. F. O lazer do brasileiro: sexo, estado civil e escolaridade. In: STOPPA, Edmur Antonio; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer no Brasil**: representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas, 2017. p. 19-36.

MENON, I. Polícia de SP identifica e vai ouvir 15 alunos expulsos da Unisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Setembro. 2023.

PEDROSA, G. F. S.; GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A cobertura televisiva sobre atletas transgênero: o caso do Esporte Espetacular. **Movimento**, [S. l.], v. 29, p. e29045, 2023. DOI: 10.22456/1982-8918.129681. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/129681>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PEREIRA B.A.; SILVA L. P. Políticas de Esporte e Lazer nas Universidades Federais de Minas Gerais: um olhar sobre as associações atléticas acadêmicas. **Licere**. 2019;22(4):95-136. <http://dx.doi.org/10.35699/1981-3171.2019.16263>.

PESSOA, V. L. F. **A história do esporte no ensino superior brasileiro de 1905 a 1930**. 2022. 193f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2022.

PESSOA, V. L. F. *et al.* Lazer e Favela. **Licere - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 249-280, out. 2023. DOI: 10.35699/2447-6218.2023.48247. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/48247>. Acesso em: 10 mai. 2025.

PESSOA, V.; DIAS, C. História do esporte universitário no Brasil (1933-1941). **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 25, p. 02-2013, 20 abr. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. DOI: 10.22456/1982-8918.82512. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/82512>. Acesso em: 14 out. 2024.

PESSOA, Vitor Lucas de Faria; DIAS, Cleber. Política, Associativismo e Esporte Universitário na década de 1930. **Movimento (Esefid/Ufrgs)**, [S.L.], v. 26, p. 02-10, 21 ago. 2020. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.100596>. Acesso em: 20 de out. 2024.

RODRIGUES, A. Assassinatos de transexuais crescem 41% no país e chegam a 175 em 2020, diz relatório. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, janeiro. 2021.

STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JÚNIOR, W. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade, Revista Digital**. N. 14. Março de 2010. Disponível em: <https://share.google/aYmeVE08iGLQbz1AT>. Acesso em: 10 de Out. 2024

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2029**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/plano-de-desenvolvimento-institucional-ufmg-2024-2029/>. Acesso em 04/02/2025.

UFMG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2023**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2023/04/PDI-2018-2023.pdf>. Acesso em 04/02/2025.

WOLF, E. **Esporte universitário na UFRGS:** seus limites e suas possibilidades. 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014.

Endereço dos(as) Autores(as):

Sarah Nery Sant'Anna Marques da Silva
Endereço eletrônico: sarahsantanna14102002@gmail.com

Vitor Lucas de Faria Pessoa
Endereço eletrônico: vitorlfpessoa@hotmail.com

Luciano Pereira da Silva
Endereço eletrônico: lpereira45@hotmail.com